

Reativar a economia e os transportes

cas...”, pág. 22), não apenas reconstruindo as estradas mas limpando do seu percurso os bandos terroristas.

Um dado positivo para a reabertura do chamado “Corredor de Nacala” é a posição do Malawi, cujo território foi usado durante muito tempo para a infiltração de terroristas. Com essa via paralisada, o Malawi teve de recorrer, para as suas exportações, ao sistema ferroviário da África do Sul, encarecendo as suas mercadorias.

Em entrevista exclusiva a **terceiro mundo**, o ministro da Cooperação, Jacinto Veloso, afirmou que a reativação das linhas ferroviárias será efetivada. “Estamos chegando a um entendimento com o Malawi. Já existe um acordo assinado para a não-utilização do seu território para ações de desestabilização em Moçambique. E, o que é fundamental, o Malawi tem interesse em poder usar os corredores da Beira e de Nacala”, declarou Veloso.

A via marítima

Um outro alvo permanente das sabotagens, além das vias férreas, são as rodovias e pontes. Organizar um eficaz sistema de transportes, inclusive marítimo, é, portanto, um dos desafios fundamentais em qualquer plano de reativação econômica.

Moçambique depende em grande parte do transporte marítimo para escoar a sua produção. Por isso, dentro dos projetos de reativação econômica, seu governo já manifestou a disposição de se associar com países vizinhos, co-



B. Bissio

Veloso: apoio aos produtores rurais, com ênfase nas unidades familiares

Agressão externa e a seca estão impondo a Moçambique modificações básicas não só no seu programa econômico como na estratégia militar, destinada a combater o terrorismo.

Apoiada e armada pela África do Sul, a Renamo tem atuado preferencial-

mente contra alvos econômicos, desorganizando o sistema de transportes, sobretudo o ferroviário, e a produção agrícola.

O governo está envidando esforços especiais para restabelecer o funcionamento dos principais eixos ferroviários do país (ver matéria “As vias estratégi-



"Moçambique tem enormes recursos hídricos, mas ainda não foi possível aproveitar a água por falta de meios. Quando isso acontecer, em um ou dois anos, venceremos a seca"

mo o Zimbábue, para fundar companhias de navegação. O transporte de cabotagem poderia beneficiar das facilidades que os seus 10.800km de costa oferecem. "Mantendo a capacidade de transporte ao longo do litoral, podemos ativar a economia de maneira substancial", afirma Veloso.

O ministro da Cooperação considera muito viável a criação de uma frota mercante que atinja esses objetivos. Há pouco tempo foi realizado, com êxito, o transporte de alimentos e medicamentos por via marítima, ao longo da costa, num programa das Nações Unidas. Também em alguns rios, como o Zambeze, têm sido usados barcos, com um bom aproveitamento.

"Isso tem dado uma nova dinâmica aos transportes, mas é claro que não cobrimos hoje nem um centésimo de nossas necessidades", diz-nos o ministro moçambicano.

Atualmente, Moçambique tem uma companhia estatal de navegação, que faz o transporte com navios maiores (3 mil a 4 mil toneladas). Mas o transporte menor é administrado localmente, quase sempre por proprietários privados.

Simultaneamente às medidas para vitalizar o sistema de transportes, o governo moçambicano está incentivando o aumento da produção, através de várias iniciativas de apoio aos produtores ru-

rais, a começar pelo estímulo às pequenas unidades familiares. A meta é conseguir que estas se auto-abasteçam e ainda disponham de excedentes para comercializar.

O governo assegura aos produtores uma série de estímulos e fornece-lhes instrumentos para o trabalho, aparelhos de utilidade doméstica, roupas, sabão, calçados etc. Também orienta os produtores sobre preços, condições de mercado e outros dados importantes para a colocação dos excedentes e propicia-lhes ensinamentos sobre melhores métodos de plantar, principalmente algodão, e colher e tratar a castanha do caju, grande riqueza nacional.

"No ano passado, foram utilizadas novas sementes para o arroz e a sua produção subiu bastante", esclarece Veloso. "Tivemos uma boa colheita, naturalmente insignificante para as necessidades do país, mas o importante é que se colheu bem, a um nível que nem na época colonial foi atingido".

O ministro da Cooperação chama a atenção para a ampliação do sistema cooperativista. "As cooperativas ainda são poucas, mas o importante é que o camponês já manifesta interesse em se associar a outros".

E a seca?, perguntámos. "Tem sido forte e prolongada. O Estado tem feito tudo ao seu alcance para minorar os

efeitos da seca e vem contando com a ajuda internacional. Além das medidas de emergência, o governo vem dando grande prioridade ao abastecimento de água, nas cidades e no campo".

O ministro Veloso esclarece: "Moçambique tem, pelo menos, dez grandes rios e está entre os 10 ou 12 países do mundo com maiores recursos hídricos, com a sua abundante água subterrânea (em alguns lugares a cinco, seis, dez metros de profundidade). Mas, embora a água exista em quantidade, ainda não foi possível aproveitá-la de acordo com as nossas necessidades".

"Estamos tentando todos os meios, a começar pelo uso das bombas manuais, para ampliar o uso das águas subterrâneas. Se conseguirmos fazer com que as famílias tenham acesso a esses meios, a seca será completamente vencida, com a água do subsolo."

As poucas cooperativas, empresas privadas, estatais e familiares que conseguiram obter água estão com uma boa média de produção. "Se nós resolvermos o problema da água, podemos modificar em um, dois ou três anos a situação alimentar de Moçambique", afirma o ministro.

Um dos problemas mais graves nas zonas rurais de Moçambique é o deslocamento de populações, atacadas pela seca e pelas agressões terroristas. O ministro Jacinto Veloso avalia em 4,5 milhões o número de pessoas afetadas.

A guerra de desestabilização forçou o governo a redimensionar alguns projetos. Um deles foi o complexo do Vale do Limpopo, que foi, desde a independência, uma das bases do plano económico da revolução. A grande empresa original foi dividida em pequenas empresas, que assumem as tarefas de orientar e coordenar os produtores.

"Mas o Limpopo – acentua Veloso – continua sendo um eixo fundamental do nosso desenvolvimento económico, sobretudo agora, com a reativação do caminho-de-ferro que corta a região e que também serve ao Zimbábue."

E como repercute todo esse esforço de transformar a economia agrícola junto aos camponeses?

– Bem. Um fenómeno novo, com aspectos muito positivos, é que muita gente já pensa em voltar ao campo ou até mesmo já está fazendo isso.

E os grandes projetos de desenvolvimento económico planeados com a vitória da Frelimo?

– Nós temos valiosas riquezas naturais já identificadas. Uma parte das reservas já está inclusive avaliada, o que nos permitiria pôr em prática numerosos projetos, por exemplo, na área de energia hidrelétrica, carvão, fertilizantes etc., que numa década fariam de Moçambique um país próspero e estável. Mas é exatamente nessas áreas que ocorrem as destruições, os comandos terroristas, as bombas, os atentados, como acontece na província de Inhambane.

“Atualmente, nós importamos fertilizantes mas podemos ser um produtor, não só para cobrir nossas necessidades como também as de toda a região. Os terroristas agem no sentido de sabotar o nosso programa”.

A guerra popular

O sr. tem falado sobre os efeitos da agressão e da seca. O que está fazendo o governo para conter e derrotar as ações da Renamo, que é, em Moçambique, o braço terrorista da guerra de desestabilização movida pela África do Sul?

– Em 1985, foi iniciado um estudo para se definir como sair dessa situação. Ficou claro que não se pode desconhecer a existência da guerra. Não é possível fazer planos para desenvolver a economia, sem levar em conta a operação de desestabilização. A estratégia que estamos seguindo é adaptar as estruturas militares para enfrentar a ação terrorista e, ao mesmo tempo, criar condições para que alguns projetos económicos possam avançar.

Mas o exército moçambicano nasceu na guerrilha. Não estava apto para enfrentar essa nova situação?

– As nossas forças armadas, depois da guerra de libertação, desenvolveram-se de uma maneira convencional, com armamentos mais ou menos modernos. Esse tipo de desestabilização não estava previsto. Agora, voltamos à situação da época da luta pela independência, à guerra popular. Naquela época, era a própria população que desenvolvia as ações de guerra, desde que tivesse algum armamento ou mesmo sem ele. Hoje, o que está em prática é também um conceito de defesa popular.

Negociação com o FMI

□ “O FMI apresentou um programa que não era aplicável em Moçambique; seria um desastre e nos criaria dificuldades maiores das que existem agora”, explica o ministro Veloso. “Então decidimos apresentar o nosso próprio programa de reabilitação económica, que está previsto para três anos: 88-90. Foi esse programa que pusemos em discussão com o FMI. Discussão em termos técnicos, puramente técnicos. Os aspectos financeiros, económicos, militares, as reformas, os salários, os preços, tudo isso foi definido segundo a nossa visão do problema”.

“Naturalmente, sabemos que a população vai se sacrificar mais ainda, mas o que importa é que com esse programa temos perspectivas de superar a crise. O que queremos é que o poder de compra dos trabalhadores, em relação aos produtos essenciais, não seja afetado um milímetro. Quanto aos outros produtos, isso já é um outro problema.

“Finalmente, chegamos a um acordo com o FMI depois de mais de um ano de discussões exclusivamente sobre esse programa (porque

a discussão em termos gerais já dura mais de três anos). O acordo já foi ratificado pelo FMI e quando, em situações análogas, temos de discutir com algum país, seja do Leste ou do Oeste, é esse o programa que apresentamos. Porque é o *nosso* programa para superar as dificuldades atuais.

“Quando pusemos em prática o programa de emergência, o PRE, uma das ações foi a desvalorização do metical (a moeda moçambicana). Durante 12 anos não mexemos na moeda, mantivemos a paridade com o dólar (40 meticais, mais ou menos), com pequenas variações, que não correspondiam de maneira nenhuma à realidade.”

Com a primeira desvalorização, o dólar passou a 200 meticais (cinco vezes menos, portanto). E no início da julho último houve uma segunda desvalorização, quando o dólar passou a 400 meticais. “Pensamos que, agora, essa paridade vai se manter, podendo haver reajustes”, explica Veloso. “Ela ainda não corresponde à realidade financeira mas acreditamos que já esteja bastante próxima daquilo que devia ser”.

As forças armadas não podem estar em todos os lugares. Então, o que temos feito, e com grande sucesso, é entregar em todo o país armas à população para que possa se defender. E nos lugares onde nós fizemos isso o banditismo não ataca. As forças armadas ficam responsáveis pelas ações mais importantes e também fazem o treinamento dos civis, o que tem dado origem a uma espécie de milícias populares.

Na sua guerra não-declarada contra Moçambique, o regime sul-africano tem apoiado preferencialmente ações da Renamo que visam a atingir alvos económicos. Um dos maiores “feitos” nesse terreno foi a sabotagem contra as linhas de transmissão de energia da barragem de Cabora Bassa. Elas estão interrompidas há mais ou menos dois anos, quando uma operação extremamente bem montada destruiu mais de

500 torres de uma só vez. A linha já estava toda pronta: “Íamos iniciar o fornecimento de energia em 15 dias para a África do Sul”, para onde o governo colonial tinha estendido a primeira linha de transmissão. “Agora, estamos estudando uma nova linha, que fornecerá energia para o Zimbábue”, declara o ministro.

“Quando a linha de Cabora Bassa está funcionando, nós recebemos, via África do Sul, a nossa própria energia, portanto não temos despesa, ou melhor, é uma despesa interna. Neste momento, estamos pagando quase um milhão de dólares por mês a Pretória para podermos ter energia vinda das termelétricas sul-africanas.”

Quem ajuda Moçambique

Ninguém melhor do que Jacinto

Veloso, como ministro da Cooperação, para conhecer quais são os países que mais têm ajudado Moçambique diante da sua crítica situação e quais os que podem chegar a desenvolver projetos mais importantes e de interesse comum.

"Naturalmente, o Ministério da Cooperação, tem que procurar apoio para o programa de emergência, por um lado, e para o Programa de Reabilitação Económica (PRE), por outro", afirma o ministro. Ele acrescenta que "em relação ao programa de emergência, tivemos uma boa resposta da comunidade internacional. Numa conferência em Genebra, em Março passado, após um apelo do secretário-geral das Nações Unidas, recebemos aproximadamente 200 milhões de dólares, quase 80% do que era necessário para a compra de comida e remédios. A operação está em curso e novos doadores vão aparecendo. Ainda estamos com muitas dificuldades com remédios, roupas e cobertores".

Em relação aos projetos que possam ser desenvolvidos com países que se propõem a investir em Moçambique, o Ministério da Cooperação está estudando quais são os campos de interesse.

"Para nós, por exemplo, o Brasil é um dos países prioritários para desenvolver uma cooperação: não só falamos a mesma língua como existem muitas semelhanças culturais, além de interesses comuns", afirma o ministro. "Com o Brasil, interessam-nos os projetos de formação e de assistência técnica, a vinda para Moçambique de técnicos brasileiros, conselheiros, consultores etc., para o desenvolvimento da agricultura, navegação etc.

"Os problemas da dívida com o Brasil já estão discutidos. Pretendíamos terminar a discussão com o FMI e com o Clube de Paris para então encontrarmos uma solução para a dívida com o Brasil, que será um reescalonamento. E, a partir daí, deveremos criar novos programas. A questão do carvão poderá ser extremamente interessante, uma base material para construir uma cooperação que é do interesse de ambas as partes. Para isso, devemos aguardar que haja condições militares na região para explorar essa nossa riqueza."

Em relação à cooperação internacional para o Plano de Reabilitação Económica, Veloso explica: "Hoje, uma das maiores ajudas que recebemos do exte-

O papel de Lisboa

Os contra-revolucionários da Renamo contam com um sistema de comunicação muito rápido e aperfeiçoado. "Por isso, muitas notícias chegam a Lisboa antes mesmo de chegar na própria sede do distrito onde se passa o fato", diz o ministro Veloso.

"Lisboa é o centro de propaganda e talvez de outras ações dos bandi-

dos armados. De modo que, o fato de Lisboa ser um centro irradiador de notícias não deve ter sido por acaso, porque a informação que sai de lá, mesmo mentirosa, em princípio, para o mundo ganha mais ou menos credibilidade. Isso porque se supõe que Lisboa devia conhecer exatamente o que se passa nas suas ex-colônias."



"O nosso país teve boa resposta da comunidade internacional, em termos de ajuda alimentar"

rior vem da Itália, mas também temos cooperação muito estreita com a União Soviética, mesmo em alguns projetos que ainda não estão funcionando por problemas de segurança. Os Estados Unidos também nos ajudam, em particular com alimentos (200 toneladas de cereais). Os países do norte da Europa, especificamente a Holanda, dão-nos um apoio bastante significativo e o Canadá começa a apoiar-nos, tanto o governo quanto as organizações não-governamentais. A França, depois de um certo tempo em que haviam cessado os seus investimentos, já começou a retomá-

los. Estamos no processo final de acordo".

"Por outro lado, Moçambique é um país importante por sua posição geoestratégica. É natural que desenvolva relações privilegiadas com os países do oceano Índico. Temos excelentes relações com Madagascar, Maurício, Seychelles etc., onde existem populações de origem moçambicana, assim como no nosso país temos populações de origem daqueles países. Por isso, é claro que nos interessa a cooperação com eles, nos campos, por exemplo, do comércio e da navegação na própria região." •